



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

THAYS FERNANDA DA SILVA

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: Uma Análise da Valorização do Profissional da
Educação no Brasil como Vetor do Crescimento Econômico**

CARUARU-PE

2018

THAYS FERNANDA DA SILVA

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: Uma Análise da Valorização do Profissional da Educação no Brasil como Vetor do Crescimento Econômico

Trabalho de Conclusão de Curso ao Curso (TCC) apresentado por Thays Fernanda da Silva como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Centro Acadêmico do Agreste (CAA).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.

CARUARU-PE

2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

S586q Silva, Thays Fernanda da.
Qualidade da educação: uma análise da valorização do profissional da
educação no Brasil como vetor do crescimento econômico. / Thays Fernanda da Silva. –
2018.
37 f. : 30 cm.

Orientadora: Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
Pernambuco, CAA, Economia, 2018.
Inclui Referências.

1. Educação. 2. Capital humano. 3. Valorização dos profissionais da educação. 4.
Professores. I. Corrêa, Lucilena Ferraz Castanheira (Orientadora). II. Título.

CDD 330 (23. ed.) UFPE (CAA 2018-388)

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Gestão
Departamento de Economia**

THAYS FERNANDA DA SILVA

**QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: Uma Análise da Valorização do Profissional da
Educação no Brasil como Vetor do Crescimento Econômico**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Caruaru, 14 de dezembro de 2018.

Prof^a. Dr^a. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa
Orientadora

Prof^a. Msc. Ana Paula Sobreira Bezerra
(NG/UFPE/CAA)

Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel Souza
(NG/UFPE/CAA)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que é minha fortaleza e meu porto seguro. Que foi meu guia mostrando-me qual o melhor caminho a seguir e se hoje cheguei até aqui é porque o Senhor me ajudou.

Aos meu pais Terezinha e Ednaldo que sempre me apoiaram e incentivaram a buscar nos estudos um futuro melhor, e que em todo o momento fizeram de tudo para me manterem estudando, eu amo vocês. Ao meu irmão Victor, que também me apoiou durante esta caminhada.

Ao meu noivo Steve que no decorrer dessa jornada sempre esteve comigo me encorajando a correr atrás dos meus objetivo e mostrando-me que eu sou capaz.

As minhas parceiras tanto de graduação como de vida Morgana e Rafaela, que durante este período foram companheiras fiéis, onde encontramos forças umas nas outras para vencermos esta etapa de nossas vidas.

A minha orientadora Lucilena por toda a ajuda, pelo conhecimento transmitido e por todas as orientações necessárias para a construção deste trabalho.

E por fim a todos os professores do curso pelos ensinamentos e gostaria de parabeniza-los pela admirável profissão a qual exercem.

RESUMO

A análise da educação como impulsionadora do crescimento econômico se intensificou a partir do final dos anos de 1950 principalmente com a introdução do capital humano nos modelos econômicos, através dos estudos de Schultz (1961), Becker (1962), Mincer (1974) e Lucas (1988). Na busca de analisar a educação sob a ótica qualitativa como os estudos de Hanushek e Woessmann (2012) e Luz (2015), o atual estudo faz uso de variáveis que possam ajudar a entender melhor as possíveis falhas que sinalizam afetar o desempenho educacional do país nas avaliações de nível internacional e nacional. Diante dessa perspectiva, é importante ressaltar que vários estudiosos do tema corroboram que a qualidade da educação de um país é muito influenciado pelos professores, que se desvalorizados, não possuem incentivos e nem condições de trabalho para executarem um trabalho eficiente. Nesse sentido, o objetivo do atual estudo está em analisar a qualidade da educação a partir da valorização do profissional da educação no Brasil como vetor do crescimento econômico. Para tanto fará uso de dados do PISA e IDEB na medição da qualidade do ensino nacional, IBGE para os dados econômicos sobre o desempenho da economia e do movimento Todos Pela Educação para a análise do docente da educação básica em relação à sua profissão. Diante disso, se constatam que os docentes revelam um sentimento que sua profissão é muito pouco valorizada no país. Tal fato pode ser visto pela fragilidade de aprendizagem dos alunos quando são submetidos a avaliações de desempenho. O cenário se mostra extremamente preocupante, pois essa realidade tende a um círculo vicioso, ou seja, baixa eficiência na educação resulta em níveis fracos do capital humano e, conseqüentemente reduz a capacidade produtiva, constituindo fraco desempenho econômico apresentado pelo nação.

PALAVRAS-CHAVES: Educação. Capital Humano. Valorização. Professor.

ABSTRACT

The analysis of education as a driver of economic growth intensified from the end of the 1950s mainly with the introduction of human capital in economic models, through the studies of Schultz (1961), Becker (1962), Mincer (1974) and Lucas (1988). It is important to emphasize that, usually, many works are about representing human capital through factors that measure education quantitatively using variables, such as years of schooling. In the quest to analyze education from the qualitative point of view such as studies of Hanushek e Woessmann (2012) e Luz (2015), the present study makes use of variables that may help to better understand the possible flaws that may affect the country's performance in international and national level evaluations. Given this perspective, it is important to note that several scholars of the theme corroborate that the quality of education in a country is greatly influenced by teachers, who are devalued, have no incentives and no working conditions to perform an efficient work. In this sense, the objective of the current study is to analyze the perception of the education professional and its relationship with the fragile quality of education in the country and its impact on the economic growth of the country. To do so, it will use data from PISA and IDEB in the measurement of the quality of national education, IBGE for economic data on the performance of the economy and the All For Education movement for the analysis of the basic education teachers in relation to their profession. Faced with this, I concluded that teachers reveal a feeling that their profession is very little valued in the country. This fact can be seen by the students' fragility of learning when they are submitted to performance evaluations. The scenario is extremely worrying, since this reality generates a vicious circle, that is, low efficiency in education results in low levels of human capital and consequently reduces the productive capacity, constituting a poor economic performance presented by the nation.

KEYWORDS: Education. Human capital. Appreciation. Teacher.

SUMÁRIO DE FIGURAS

Figura 1 - Perfil Demográfico dos Professores de Ensino Básico no Brasil, 2018	19
Figura 2 - Renda Mensal do Professor do Ensino Básico no Brasil, 2018	20
Figura 3 - Principal Responsável pela Renda no Domicílio do Professor do Ensino Básico no Brasil, 2018	21
Figura 4 - Profissionais do Ensino Básico no Brasil que Precisam de Atividade Extraclasse para Complementar a Renda Domiciliar, 2018	21
Figura 5 - Resultados do Brasil no Pisa, 2000-2015	25
Figura 6 - Resultados e Metas IDEB dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2005-2021	27
Figura 7 - Resultados e Metas IDEB Anos Finais do Ensino Fundamental, 2005-2022.. ..	27
Figura 8 - Resultados e Metas IDEB Ensino Médio, 2005-2022	28
Figura 9 - Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais no Brasil, 2001-2015.	29
Figura 10 - Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil, 2001-2015	30
Figura 11 - Investimento Público Total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)–2000-2015(%)	31
Figura 12 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB) real do Brasil – 2000-2015 (%).	32

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Objetivo Geral	11
1.2	Objetivos Específicos	11
1.3	Estrutura Do Trabalho	11
1.4	Justificativa	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	O papel da Educação e do Capital Humano no Crescimento Econômico.....	13
2.2	A Relação da Qualidade da Educação através da Valorização do Docente com o Crescimento Econômico	17
3	UMA RADIOGRAFIA DA VALORIZAÇÃO DO DOCENTE E SUA RELAÇÃO COM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E COM O CRESCIMENTO DO BRASIL	19
3.1	A Busca pela Valorização do Profissional de Educação no Brasil.....	22
3.2	A Relação da Desvalorização do Profissional de Educação e sua Relação com o Desempenho Educacional e com o Crescimento Econômico do Brasil.....	24
3.2.1	A Qualidade do Ensino sob a Ótica do Desempenho Educacional.....	24
3.2.2	O Desempenho do Crescimento Econômico e sua relação com o Desempenho da Educação do País.....	28
4	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Vários estudos tentam explicar o crescimento econômico sustentado nos países desenvolvidos e, sob essa ótica, é importante ressaltar o papel da educação como um dos principais pilares dessa ordem. Estudos sobre essa questão se aprofundaram a partir do final da década de cinquenta, onde procuraram explicar a centralidade da educação no âmbito econômico, como os trabalhos de Schultz (1961), Becker (1962), Mincer (1974) e Lucas (1988).

A partir desse movimento, surge a área de estudo da economia denominada economia da educação. À referida área de concentração parte-se do princípio que o conhecimento não é visto como um processo civilizatório apenas, mas também como um insumo intitulado como capital humano de forte impacto em parâmetros econômicos (FILHO, PESSÔA, 2010). Segundo os autores uma parte significativa das teorias e dos estudos que centram na economia da educação, propõem defender que quanto mais escolaridade determinada população alcançar, maior será o nível de produtividade dessa sociedade. Ou seja, tal fato torna os indivíduos trabalhadores mais eficazes, aumentando seus salários e, conseqüentemente, elevando a renda nacional do país.

No entanto, a literatura que leva em conta não só o nível da escolaridade das pessoas, mas também a qualidade educacional e suas conseqüências para o crescimento econômico, ainda se mostra muito pouca difundida.

Diante dessa perspectiva, pautar também a qualidade e não somente o nível educacional se mostra de extrema importância, pois essa análise estaria sendo realizada sob a ótica multidimensional do universo educacional. Sendo que, ao aumentar o acesso a uma educação de qualidade, tal fato tende a sinalizar que os indivíduos inseridos nesse processo proverão um futuro promissor não somente intelectual, mas também no que se refere à qualidade nas condições de vida e bem-estar social.

No caso brasileiro especificamente, Pedrosa (2013) revela que, um dos maiores obstáculos para um crescimento sustentado do Produto Interno Bruto (PIB) do país, está na fragilidade da qualificação dos trabalhadores brasileiros, e que tal fato resulta num efeito negativo no crescimento econômico, devido à baixa produtividade dessa mão-obra. Esse processo pode ser analisado pelo fraco desempenho do PIB *per capita* brasileiro entre 1980 a 2010 pois, segundo dados Penn World Table, a evolução do PIB *per capita* do país teve um comportamento insignificante, onde a variação média anual durante esse período foi de apenas 0,63% e, o Brasil de 159 países analisados, ficou na posição 118^o¹.

¹ Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/>. Acesso em 13 set 2018.

Nesse sentido, Hanushek e Woessmann (2012) apresentam um trabalho onde levam em consideração a questão do desempenho de alunos, ressaltando os efeitos da qualidade das escolas de alguns países, bem como o PIB desses países e, concluíram a existência de uma forte correlação entre essas duas variáveis.

De acordo com Pedrosa (2013) é visível que a evolução do PIB *per capita* está fortemente acompanhada pelo desempenho da educação desses países. O autor ressalta ainda que o Brasil está numa escala de qualidade da educação em torno de 364 pontos, já a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 500 pontos, fazendo uma referência ao índice elaborado por Hanushek e Woessman (2012). Nesse sentido, conclui que se o país estivesse 100 pontos acima do score educacional que é de 364, e crescendo a uma taxa de 3,5% por ano, o PIB *per capita* do país seria 2,2 vezes maior do que o crescimento observado no período de 1995 a 2010 que foi de 1,5%, revelando a situação difícil que o país enfrenta no tocante a qualidade da educação.

E um dos determinantes do fraco desempenho dos alunos brasileiros e que está em bastante discussão atualmente no país é o baixo incentivo aos profissionais da educação, principalmente aos da educação básica. Isto decorre da pouca valorização dada aos profissionais de educação que são mal remunerados, que sofrem agressões tanto física quanto psicológicas diariamente em sala de aula, escassez de capacitação continuada, falta de materiais adequados entre vários outros.

No Brasil, infelizmente a profissão do magistério apresenta uma realidade oposta, ou seja, preocupante e alarmante. Segundo a Pesquisa Profissão Docente (2018) feita pelo Todos Pela Educação¹ aponta que 29% dos professores do ensino básico entrevistados realizam alguma atividade extra para complementar a renda, ainda que aproximadamente 49% desses professores não indicam a própria profissão para seus alunos e entre as razões para a não recomendação da profissão, estão a valorização ou reconhecimento e o salário.

Assim sendo, fica evidente que uma nação que pouco incentiva e valoriza os profissionais de educação, afetará de maneira negativa na aprendizagem de seus alunos, gerando, dessa forma, trabalhadores menos produtivos, com baixos salários atingindo diretamente a renda nacional, refletindo, assim num fraco crescimento econômico. Portanto é necessário que o Estado assuma um papel de liderança no desenvolvimento de reformas qualitativas de longo prazo bem sucedidas e de valorização do docente, visando tanto o desenvolvimento econômico quanto social (SILVA, 2012).

1.1 Objetivos Gerais

Analisar a qualidade da educação a partir da valorização do profissional da educação do ensino básico e sua relação com o crescimento econômico do país.

1.2 Objetivos Específicos

- Avaliar a percepção do profissional da educação a respeito da sua profissão²;
- Verificar a qualidade da educação por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e pelo Programme *for International Student Assessment* (PISA);
- Identificar o crescimento econômico através da valoração do profissional de educação.

1.3 Estrutura do Trabalho

Este trabalho contém três capítulos, além desta introdução. No segundo capítulo é realizada uma revisão bibliográfica, apresentando as várias literaturas sobre economia da educação. No terceiro capítulo é feita a análise dos dados sobre o desempenho dos alunos do Brasil em avaliações como PISA e IDEB e as variações do PIB real, além de dados revelando a situação da profissão docente no país seguidas de suas respectivas análises onde serão expostos. No quarto capítulo, estão as conclusões deste estudo.

1.4 Justificativa

A preocupação com educação não pode ser negligenciada, pois, é corroborado por muitos na literatura que tem como cerne esse tema, que tal fato, caso ocorra, tende a ter impacto negativo no crescimento econômico de um país. Esse cenário pode ser verificado a partir dos dados do Pen Word Table de 2010 onde consta a média de 95 países analisados. Essa média foi de aproximadamente de 5,37 anos de estudos. O Brasil, porém apresentou uma média de 3,91 anos, ficando atrás de países como Panamá, Argentina, Sri Lanka, Trinidad Tobago, Fiji, entre outros (LUZ, 2015).

² Via pesquisa realizada pelo Ibope Inteligência que contou com a iniciativa do Banco Itaú junto com Todos Pela Educação, entrevistaram via telefone 2160 professores da educação de todas as regiões do Brasil.

Nesse sentido, a atualidade e a essencialidade do tema abordado no estudo vêm despontar como um importante instrumento para fomentar a literatura que tem como cerne pesquisas nesta área. A análise empírica que centra na abordagem levando em conta a qualidade da educação como fator para o crescimento econômico se ampliou com os trabalhos Behrman e Birdsall (2015); Hanushek e Woessmann (2012); Hanushek e Kimko (2000) e Luz (2015). No entanto, a disponibilidade de pesquisas que apresentam como objetivo principal esse campo de atuação ainda se mostra muito frágil diante da relevância que o tema se apresenta, ou seja, a importância da análise da qualidade educacional para o desenvolvimento de políticas públicas.

Filho e Pessôa (2010) corroboram que a qualidade da educação, mensurada através do desempenho dos alunos em testes de matemática e ciências, vêm se mostrar como um importante instrumento de avaliação para se identificar o quão esses alunos conseguiram adquirir conhecimentos cognitivos e habilidades técnicas, ou seja, é uma análise direta da qualidade do ensino ao qual estes alunos estão tendo acesso.

De acordo com os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) divulgado pela OCDE no ano de 2015, conclui-se que o Brasil está estacionado a dez anos entre os países com pior desempenho, pois verifica-se que as médias dos estudantes brasileiros ficaram abaixo das médias obtidas pelos demais países nas áreas de matemática, ciências e leitura durante esse período.

Nesse sentido, Saviani (2010) pontua que é através da educação que se criaria o círculo virtuoso do desenvolvimento de um país, ou seja, esse processo seria concluído através do aumento de oportunidades de emprego e de melhores salários, elevação do consumo que, por conseguinte impacta no crescimento do nível do setor produtivo, aumentariam assim a arrecadação de tributos dos governos e, assim é possível identificar que toda essa cadeia é dinamizada a partir da qualidade da educação.

Segundo Melo (2016) é através do professor que os conhecimentos são intermediados, tendo como fim gerar a aprendizagem para os estudantes, pois o docente tende se apresentar como um canalizador de inspiração para seus alunos.

A profissão de docente no Brasil está em uma situação extremamente desafiante, pois de acordo com dados do Todos Pela Educação (2018), quase metade dos profissionais entrevistados não recomendariam a profissão devido à pouca valorização e baixa remuneração.

Diante dessa perspectiva, para que as escolas sejam de qualidade se faz necessário que pais, alunos e os profissionais de educação que estão inseridos nessa realidade, agreguem forças e responsabilidades em todo o processo de educacional desde a educação básica.

Fica evidente que é necessário maiores investimentos e uma atenção maior na formação dos professores e em suas condições de trabalho. Nesse sentido, o docente da educação básica principalmente, precisa ser valorizado através de várias ações, seja dos gestores públicos seja da sociedade, pois é através deles principalmente que o processo de ensino-aprendizagem é desenvolvido nos estudantes (ALMEIDA, 2010).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo terá como cerne as visões sobre as relações entre as variáveis a serem trabalhadas no atual estudo, tais como: crescimento econômico e educação, além da percepção do profissional de educação no que se refere à sua profissão.

2.1 O Papel da Educação e do Capital Humano no Crescimento Econômico

Segundo Solow (1956) o crescimento econômico de uma nação pode ser expresso a partir do modelo de uma função de produção representado abaixo:

$$Y = F(K, AL) = K^a (AL)^{1-a}$$

No qual Y é o produto, K é o capital, L trabalho e A é a variável tecnológica. Essa função demonstra como os insumos se combinam para gerar o produto³.

Segundo Lins (2011) os estudos de Solow apresentam ligações indiretas com o sistema educacional, pois o crescimento econômico deriva-se do progresso tecnológico resultando num melhoramento da qualidade do trabalho. Nesse sentido, segundo o autor, o progresso tecnológico tende a pressionar os trabalhadores a se adequarem aos avanços técnicos onde, desta forma, a educação se mostra como um eixo fundamental para auxiliar a melhoria nessas capacidades, ou seja, da capacitação da força de trabalho.

Diante dessa perspectiva, Schultz (1961), ressaltou a importância do investimento em educação para melhoria não só do conhecimento intelectual, mas como um motor que tem a

³ A poupança e o investimento são tomados como exógenos, assim como o crescimento populacional. O modelo revela que países que possuem baixas taxas de poupança apresentam um produto per capita baixo e que possuem um crescimento do produto mais alto e ao contrário países que possuem altas taxas de poupança tendem a ter um produto per capita alto e portanto um nível baixo de crescimento do produto.

capacidade de propagar o crescimento da renda na economia através do aumento da capacidade produtiva. O autor ressaltou que a diferença nos salários entre distintos grupos da população era exposta pela diferença na quantidade de anos de estudos, ou seja, aqueles que recebem maiores salários possuíam nível de escolaridade maior, logo se conclui que, baixo nível de capital humano é o grande limitador do crescimento econômico dos países.

Seguindo essa mesma perspectiva, Becker (1962) afirma que a educação possui efeitos sobre a produtividade e que o investimento em capital humano tem ligação com o aumento da renda. E nesse investimento está incluso treinamento no trabalho, estudo, cuidados médicos e aquisição de informação sobre o sistema econômico. Mincer (1974) corrobora que investimentos em educação geram elevação da renda.

Nesse sentido, fica claro, a partir desses três autores, a importância de uma política educacional eficiente para se atingir um crescimento econômico estruturador de uma nação.

Diante dessa discussão, é importante ressaltar o estudo de Lucas (1988) quando este critica o modelo de Solow onde o fator que gera crescimento sustentado na economia não é explicado em seu modelo. Portanto, o autor, toma como base o modelo de Solow com progresso tecnológico, mas incorpora nele o capital humano. Ressalta que as pessoas que fazem parte, da força de trabalho ou que pretendem fazer parte decidem alocar parte de seu tempo adquirindo conhecimentos, ou seja, aumentando seu capital humano. E que o aumento desse conhecimento no futuro causará um aumento na remuneração recebida pelos trabalhadores.

Como uma grande contribuição para entender o crescimento econômico de um país, pode-se citar o modelo de crescimento com capital humano elaborado por Mankiw, Romer e Weil (1992), que é descrito por uma função de produção do tipo Cobb-Douglas:

$$Y_t = F (K_t , L_t , A_t , H_t)$$

Onde:

Y, o produto, é função do capital K, da força de trabalho L, da tecnologia disponível à força de trabalho A, e do capital humano H. Essa equação revela, portanto, que apenas a força de trabalho não explica o crescimento do produto, mas que, principalmente a qualificação desses trabalhadores afeta a capacidade produtiva.

O capital humano é visto, portanto como um simplificador na utilização da tecnologia, além do que a disponibilidade do capital humano torna menos custoso o processo de adoção de tecnologia (FILHO, PESSÔA, 2010).

Segundo Nelson e Phelps (1966) os empregados com mais anos de estudos, tem maior capacidade e facilidade de adotar um novo conhecimento técnico. Conseqüentemente as

empresas desta economia terão um patamar tecnológico mais alto. Os autores analisaram a externalidade causada pela educação na economia, e concluíram que quanto mais os países investem no aumento da capacidade do capital humano e quando estes estiverem mais distantes da fronteira tecnológica, os mesmos verificarão uma rápida expansão da produtividade e, portanto, do crescimento do produto e, nesse sentido, deixa claro que esse movimento dependerá do nível de capital humano.

Barro e Lee (2010) realizaram um estudo sobre a ligação entre um maior acúmulo de capital humano e renda da economia, analisando dados entre o período de 1950 a 2010 de 146 países e demonstraram que o grau de escolaridade das pessoas com quinze anos ou mais progrediu. Concluem haver indícios de uma possível relação entre crescimento dos anos de estudo e o produto da economia.

A discussão acerca do impacto da educação no crescimento econômico analisando as economias do México, Índia e Chile com os EUA e utilizando anos de escolaridade no estudo, foi possível identificar que o aumento da escolaridade aumenta a qualidade do capital humano e a produtividade dos trabalhadores e que o capital humano pode explicar o desenvolvimento econômico, de acordo com Selowsky (1969).

Dando continuidade a esse debate, Judson (1998) analisou o efeito que cada nível de escolaridade identificado via capital humano e, concluiu que a correlação entre capital humano e crescimento econômico é significativa. Porém esse efeito, só foi identificado nos países que têm uma aplicação satisfatória dos fundos para educação (orçamento disponível para educação, os custos e retorno para cada nível de ensino).

Gonçalves (1998) identifica que as diferenças de renda entre os estados brasileiros é explicado pelo capital humano e afirma que o aumento médio de 1% na escolaridade da força de trabalho aumentaria em 1,0969% o PIB.

Nesse sentido, Nakabashi e Salvato (2007) concluem que o capital humano é estatisticamente significativo para explicar o crescimento econômico e que ao introduzir variáveis de qualidade o poder explicativo se torna mais elevado.

Segundo o estudo de Nakabashi e Figueiredo (2008), o crescimento é afetado pelo capital humano por meio de três canais: criação e difusão de tecnologia (efeito indireto), melhora na produtividade marginal do trabalho (efeito direto).

Nesse sentido, de acordo com Filho e Pessôa (2010, p.289):

Entende-se por qualidade da educação o desempenho dos estudantes em testes que medem a habilidade analíticas geralmente medidas pelo resultado dos alunos em provas de matemática, ciências ou língua. Apesar de ser um campo

muito menos estudado do que o impacto da quantidade de educação sobre o salário há forte evidência microeconômica que maior qualidade do aluno eleva o salário.

Hanushek e Kimko (2000) utilizaram medidas de qualidade da educação baseado no desempenho cognitivo dos estudantes em vários testes internacionais em matemática e ciências. Concluíram que a qualidade da força de trabalho está diretamente relacionada à produtividade dos mesmos e ao crescimento econômico. E que a inclusão dessas variáveis de qualidade aumenta o poder explicativo do modelo proposto pelos autores e que a variável ano de estudos perde significância.

Nessa mesma ótica Hanushek e Woessmann (2012) adotaram variáveis que medem a qualidade da educação para explicar as baixas taxas de crescimento econômico da América Latina em 2000, já que, por volta de 1960, os países apresentavam uma trajetória crescente nos níveis de escolaridade. Ressaltaram que o baixo nível da qualidade educacional parece ser suficiente para ligar o baixo crescimento da América Latina com resultados do resto do mundo.

Luz (2015) testou a hipótese de Aghion et al (2005) apenas com indicadores de qualidade da educação na explicação do capital humano. Como variáveis explicativas a qualidade do ensino fundamental perde significância e a qualidade dos níveis de ensino médio e superior possuem maior significância estatística, ou seja, a qualidade do ensino médio e superior se mostra muito forte na explicação do crescimento da renda per capita.

Outro trabalho que corrobora com a literatura do estudo da qualidade da educação e seu efeito sobre o crescimento econômico é o de Behrman e Birdsall (2015). Os autores ressaltam que nos últimos 50 anos o mundo viu uma diminuição crescente da mortalidade infantil e o grande ingresso de crianças nas escolas causado por investimentos feitos na educação e na saúde, porém, na última década, as evidências mostram baixos níveis de aprendizagem de crianças de países de renda baixa e média se comparado com países desenvolvidos.

Diante da discussão exposta até então sobre medidas quantitativas como anos de estudo e alunos matriculados, fica sinalizado que as mesmas não se apresentam como variáveis que refletem a qualidade e produtividade da força de trabalho e conseqüentemente não é possível afirmar, somente sobre essa ótica, o impacto positivo da educação no crescimento econômico. Esta avaliação seria mais coerente com a realidade se medidas de habilidades cognitivas fossem utilizados representando melhor a produtividade. O desenvolvimento dessas habilidades se dá via qualidade da educação e que esta depende de fatores como a atuação dos docentes e gestão da escola (FILHO, PESSÔA, 2010).

2.2 A Qualidade Educação através da Valorização do Docente como Vetor de Crescimento Econômico

A educação gera efeitos positivos não apenas no mercado de trabalho como citado anteriormente, mas também gera consequências sobre decisões de poupança, consumo, saúde, fertilidade e progresso cognitivo. Assim sendo, a educação afeta todas as atividades do indivíduo, como a saúde que também é considerada uma outra forma de capital humano e que se complementam (GROSSMAN,2006).

Países que são livres economicamente têm a tendência de terem níveis educacionais mais elevados e que portanto, há um maior nível de confiabilidade por parte de suas instituições (NORTON,2012). Tal fato é derivado de estudos feitos e, da constatação no que se refere a importância e essencialidade das instituições no crescimento econômico, pois tendem a incentivar as pessoas a se qualificarem mais visando aumento de renda incentivando dessa forma o desenvolvimento da economia.

Um modelo desenvolvido por Glaeser et alii (2006) mostra que a educação eleva a participação civil dos indivíduos, como eleições e a partir desse modelo verificam por que em países com baixos níveis de educação democracias regulares são tão incomuns. Concluíram que em disputas entre regimes autocráticos uma parcela pequena da população é favorecida e contemplada com benefícios, enquanto nas democracias um benefício menor é ampliado para uma parcela maior da população. Dessa forma, a educação favorece a democracia e diminui a chance de sucesso de regime ditatoriais.

Nesse sentido, o impacto da valorização da profissão docente na qualidade da educação do país afeta diretamente o crescimento econômico.

De acordo com Almeida (2004) os profissionais de educação são apresentados, por vários fatores, como os responsáveis pelas falhas existentes nas escolas e que ao mesmo tempo as responsabilidades dos outros agentes sociais, como família por exemplo, foram reduzidos. Segundo o autor, os profissionais de educação se deparam com uma realidade cotidiana muito frágil, pois para realizarem suas atividades de ensino se deparam com infraestrutura vulnerável em muitos estabelecimentos escolares, além da desvalorização social e econômica da profissão. Diante desse cenário, a qualidade do ensino prestadas por esses profissionais é por vezes muito abaixo da necessária.

De acordo com Huertas (2001) para que se haja aprendizagem é necessário que haja motivação e que desse modo, o professor, tem o papel de simplificar a concepção por parte dos alunos o processo de formação.

Fita (1999) expõe que, geralmente, para que um aluno tenha motivação é necessário que ele tenha um professor também motivado, engajado e de boa qualidade, ou seja, é possível se deparar com uma realidade de mão dupla. Demonstra, dessa forma, que o processo de ensino-aprendizagem dos alunos também está ligado diretamente à qualidade do professor e que, portanto, o desenvolvimento de mudança educacional deve ser centrado no professor.

Uma análise discorrida por Souza (2011) sobre a profissão docente, na cidade de Colombo no estado do Paraná, conclui que os professores que estão há mais tempo exercendo a profissão não escolheriam a profissão novamente, principalmente pela falta de valorização. O referido estudo sinalizou para a existência de um paradoxo onde a população exige educação de qualidade e estas próprias não dão a devida valorização a educação e aos profissionais que a exercem.

Em outro estudo feito, Silva (2012) entrevistou 23 professores em uma escola de ensino fundamental da cidade de São José dos Campos (SP), observou que 79% dos entrevistados escolheram a profissão por amor ao magistério e que 50% destes acumulam cargos para complementar a renda devido à baixa remuneração afetando, dessa forma, a qualidade do ensino. Além de que 52% sentem-se felizes com a profissão, mas que todos, sem exceção, estão desmotivados pelos baixos salários, descaso do governo, falta de interesse dos alunos, falta de acompanhamento da família, falta de investimento na educação, falta de cursos de capacitação profissional, salas superlotadas e falta de reconhecimento da profissão.

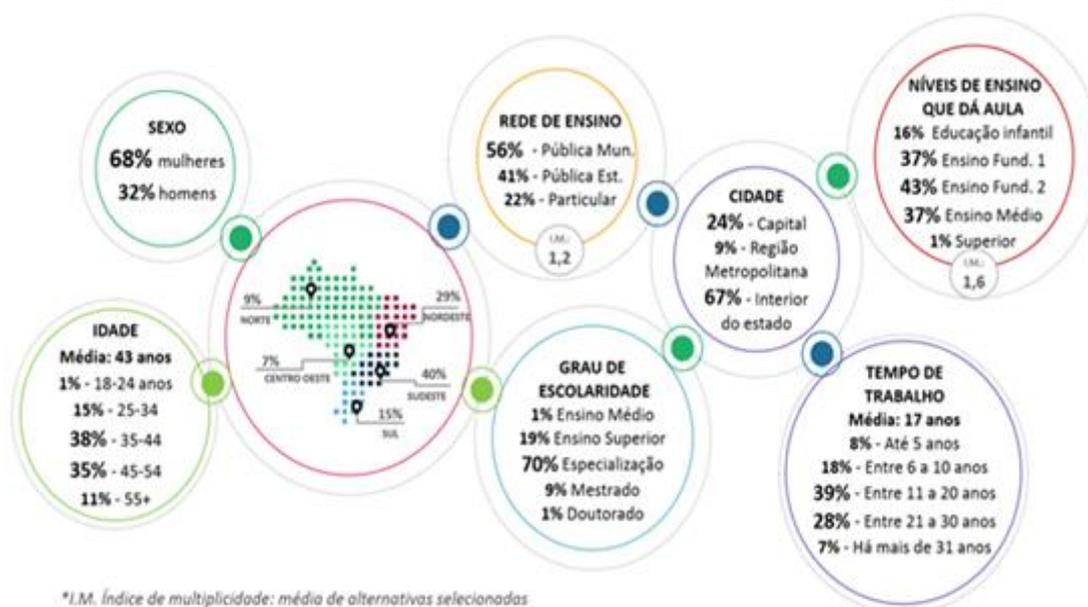
3 UMA RADIOGRAFIA DA VALORIZAÇÃO DO DOCENTE E SUA RELAÇÃO COMO A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E COM O CRESCIMENTO DO BRASIL

A radiografia da qualidade da educação no Brasil será apresentada a partir de dados gerados pela pesquisa realizada pelo IBOPE Inteligência e com iniciativa do Banco Itaú e do movimento Todos Pela Educação no ano de 2018⁴.

Segundo a Figura 1, que demonstra os dados socioeconômicos e demográfico do público alvo da pesquisa, 2/3 dos profissionais são do sexo feminino, idade média de 43 anos e com aproximadamente 17 anos de carreira. E que a maioria cerca de 56%, se encontra na rede pública de ensino municipal, 67% está no interior do país e 70% só tem formação de especialista.

A respeito da predominância de mulheres como educadoras no país, principalmente no ensino fundamental, vale ressaltar a observação feita por Neves (2011), onde concluí que a população brasileira relacionou, historicamente, a carreira de professor às características que são mais presentes nas mulheres, como a delicadeza e atenção.

Figura 1: Perfil Demográfico dos Professores de Ensino Básico no Brasil, 2018



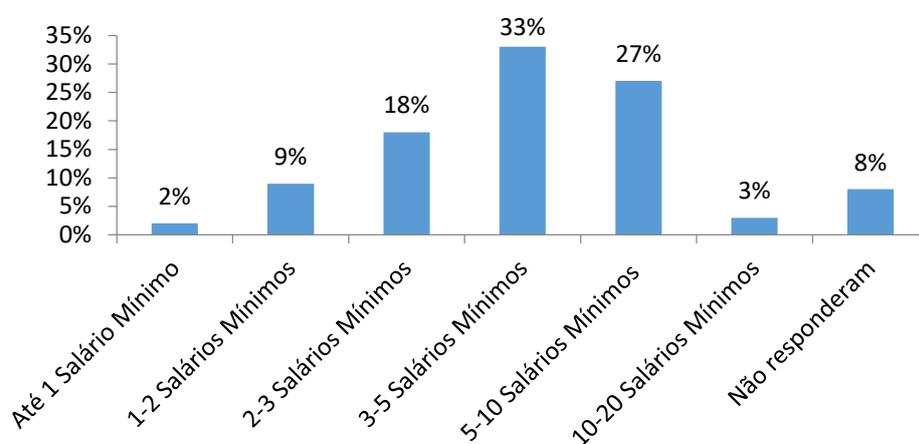
Fonte: IBOPE Inteligência na íntegra, 2018

Ao analisar a Figura 2, verifica-se que a maioria dos docentes do ensino básico e secundário possui uma remuneração mensal entre R\$ 2.862,01 e R\$ 4.770,00 (3-5 salários

⁴ A referida pesquisa foi realizada via telefone com 2160 professores da educação básica em todo o país entre 16/3 e 7/5.

mínimos de 2018). A média salarial desses profissionais é de aproximadamente R\$ 4.581,40. Quando se analisa os níveis mais baixos da renda mensal tem-se um universo de aproximadamente 11% dessa população, e é possível constatar que a renda referida fica muito distante da remuneração média paga a esses profissionais. Essa realidade configura o não cumprimento da meta 17 do PNE, que garante que os salários destes sejam acompanhados e atualizados permanentemente de acordo com o piso salarial estabelecido de R\$ 2.455,35 em 2018.

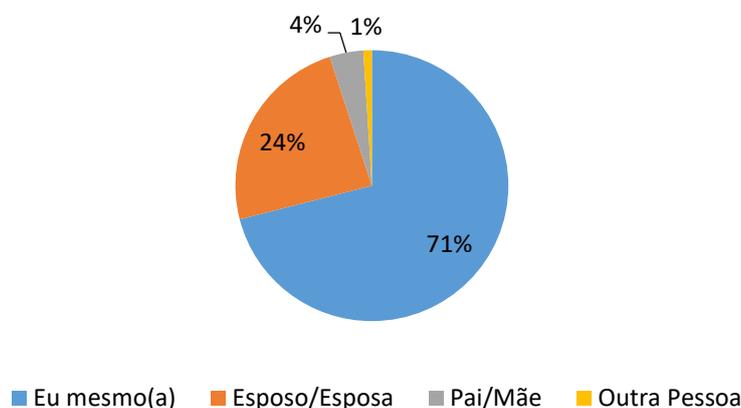
Figura 2: Renda Mensal do Professor do Ensino Básico no Brasil, 2018



Fonte: IBOPE Inteligência, 2018

Outro dado extraído e levando em consideração a renda do profissional da educação, é que em sua maioria o mesmo é o responsável pela renda domiciliar, conforme demonstrado na Figura 3.

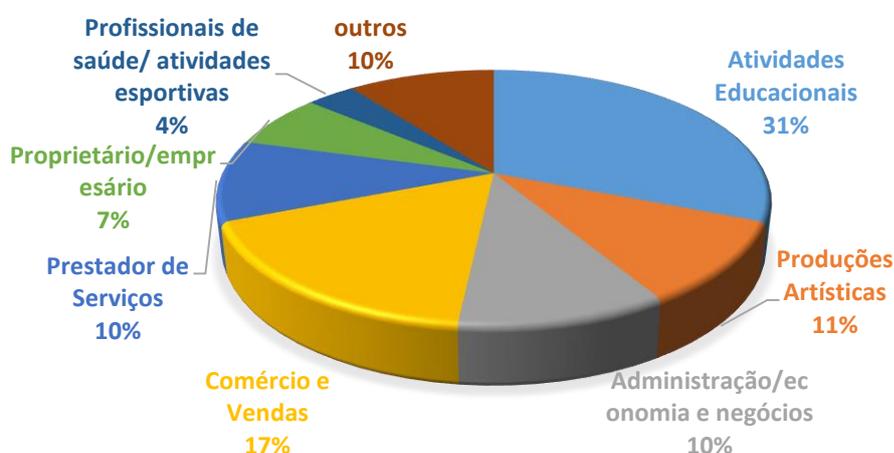
Figura 3: Principal Responsável pela Renda no Domicílio do Professor do Ensino Básico no Brasil, 2018



Fonte: IBOPE Inteligência, 2018

Como observado anteriormente, os professores em sua grande maioria são os responsáveis principais pela renda do domicílio e uma parcela significativa possui uma renda menor do a média verificada para a categoria, sendo assim, atividades extraclasse muitas vezes são uma forma que esses profissionais encontram para complementar a renda domiciliar, conforme exposto na Figura 4.

Figura 4: Profissionais do Ensino Básico no Brasil que Precisam de Atividade Extraclasse para Complementar a Renda Domiciliar, 2018



Fonte: IBOPE Inteligência, 2018

Como pode ser observado na Figura 4, quase um 1/3 da população empregada na área educacional precisa de alguma atividade extra para complementar a renda domiciliar, ressalta-se que é o maior percentual entre várias categorias pesquisadas. De acordo com Matijascic (2017) na rede privada 38% dos professores recorrem a uma atividade extra, já nas redes municipais são 22% e na rede estadual são 30%. Tal fato vem demonstrar que a remuneração desses profissionais não são condizentes com as necessidades básicas dos mesmos.

Os dados apresentados são relevantes, pois, de acordo com Todos Pela Educação (2016)⁵, as escolas que demonstraram melhores resultados de aprendizagem são escolas em que os professores exercem dedicação exclusiva, pois desenvolvem suas funções de forma mais

⁵ É uma organização sem fins lucrativos compostos por diversos setores da sociedade brasileira com o objetivo de assegurar o direito à Educação Básica de qualidade para todos os cidadãos.

eficiente, onde conseguem administrar melhor a alocação do tempo para organizar e desenvolver suas atividades educacionais.

Nesse sentido, o aumento dos salários se apresenta como um meio importante para diminuir o acúmulo de atividades exercidas pelos professores, levando uma maior estabilidade financeira aos professores, e a real percepção da valorização da sua profissão.

Diante dessa perspectiva, a valorização e as condições de trabalho do professor da educação básica e secundária no Brasil vêm sendo objeto de muitos estudos devido a sua importância para atingir uma educação cuja qualidade seja o foco de políticas públicas pelos gestores nacionais.

3.1 A busca pela valorização do profissional de educação no Brasil

Segundo Jacomini & Penna (2016) o Estado é o responsável pela educação pública, tendo como atribuição regulamentar o exercício da docência no país. Ressalta também que, a forma como esses profissionais são vistos pela sociedade é diretamente relacionada com a maneira como o Estado trata os professores. Nesse sentido, é importante informar que algumas medidas foram tomadas, por parte do Estado, na busca da valorização dos professores no país, visando a promoção de uma educação de qualidade⁶, tais como a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização Dos Profissionais de Educação de 2007.

⁶ A lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ou seja, é a legislação que regula o sistema educacional da educação básica ao ensino superior, seja público ou privado, no Brasil.

De acordo com o art. 3º o ensino será ministrado com base em alguns princípios e um deles é a valorização do profissional da educação escolar. No art. 67, a valorização dos profissionais também é mencionada e que garante que os professores possuam um piso salarial, formação continuada, período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho, condições de trabalho adequados.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 26 de junho de 2014, que terá vigência de 10 anos e é composto por 20 metas. É um plano que determina metas, estratégias e diretrizes que conduzirão as iniciativas no âmbito da educação. Tem como finalidade o avanço no tocante a qualidade da educação no país, e um dos focos principais para atingir esse objetivo justamente é na valorização e maior incentivo aos professores do país.

Foi criado também com intuito de valorização dos professores o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), que está em vigor desde o início de 2007 e se estenderá até 2020 e que substituiu em 2007 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) que vigorou de 1997 a 2006. Tem como papel essencial aumentar 10 vezes a quantidade anual dos recursos federais direcionados para a educação básica, sendo um compromisso da União, além de financiar todas as fases da educação básica, como também os ensino de jovens e adultos. Outro papel importante do Fundeb é a distribuição de recursos relacionados a educação, tendo em vista as condições sociais e econômicas das regiões do país, e que esses recursos são direcionados principalmente para regiões onde o investimento por aluno é inferior ao valor mínimo fixado para cada ano.

No entanto para Lüdke & Boing (2004) a fragilidade das condições de trabalho que os professores enfrentam revelam a desvalorização política da profissão. Os autores ressaltam que para que o professor possa realizar suas atividades de forma adequada, alguns fatores são importantes, tais como: i) questões como formação inicial condizente com a realidade das escolas; ii) remuneração satisfatória; iii) formação continuada. Decisões que precisam ser consideradas no âmbito de políticas públicas.

Ao confrontar a profissão de educador e a sua satisfação com a escolha realizada, a pesquisa que centrou nos profissionais de educação básica e secundária no Brasil, verificou que 49% dos entrevistados não recomendariam a profissão, ou seja, quase a metade desses profissionais no país está insatisfeita com a escolha profissional que fizeram.

Com relação aos aspectos positivos e que recomendariam a profissão (que são a minoria de 23%) os motivos estão muito relacionados com as razões de escolha da profissão como impacto social, transmissão de conhecimento e realização pessoal que proporciona.

Diante dessa perspectiva, fica evidente que o professor desempenha um papel de ator principal da educação de qualidade de qualquer país. No entanto, para que essa qualidade seja atingida, é necessário que o mesmo se sinta valorizado e que seja reconhecido na profissão escolhida.

De acordo com Oliveira (2004), professores desmotivados e com condições de trabalho precárias, resulta em baixa qualidade no ensino. Nesse sentido, alguns fatores estão diretamente ligados com a baixa qualidade da educação no tocante ao trabalho do professor e que são necessários ao estudo. Esse ponto de vista é corroborado por Schultz (1964), pois conclui que a baixa remuneração é um fator de desmotivação, resultando em efeito negativo na qualidade da educação. Outro fator, segundo o autor, do baixo rendimento do profissional da educação, é a excessiva jornada de trabalho que os professores enfrentam, pois é causado diretamente pelo processo de desvalorização salarial.

3.2 A desvalorização do profissional de educação e sua relação com o desempenho educacional e o crescimento econômico do Brasil

A fragilidade da profissão do magistério se encontra muito presente no cenário nacional mesmo diante de um Plano Nacional para Educação (PNE). Tal fato pode ser verificado quando se depara com as metas não cumpridas dentre as 20 que compõe o PNE de 2014:

- A meta de 1 era para ser atingida até 2016, onde estava projetado que toda criança de 4 a 5 anos deveriam estar matriculadas na pré-escola, porém de acordo com dados do IBGE (2017), a taxa de escolarização para o grupo de 4 e 5 anos foi 91,7%, e a meta não foi alcançada em nenhuma Grande Região até esse ano – 2017;
- A meta 3 também não foi atingida, onde toda a população brasileira entre 15 a 17 anos estaria frequentando o ensino médio até 2016, porém em 2017 a taxa de escolarização das pessoas de 15 a 17 anos, foi de aproximadamente 87,2%;
- A meta 2 do PNE estabeleceu que até 2024 toda a população brasileira entre 6 a 14 anos de idade deve estar matriculada no ensino fundamental e de acordo com os dados do IBGE (2018) a taxa de escolarização para as pessoas de 6 a 14 anos de idade, foi 99,2%, o equivalente a um contingente de 26,2 milhões de estudantes no sistema de ensino brasileiro, ou seja, muito próximo da universalização estabelecida pela meta 2.

Nesse sentido, é importante pontuar a importância da valorização do profissional da educação para o desempenho intelectual dos alunos, e por conseguinte a forte contribuição para o aumento do capital humano que vai impactar na elevação do crescimento econômico do país.

3.2.1 A qualidade do ensino sob a ótica do desempenho educacional

No que se refere a aprendizagem dos alunos, os dados apresentados pelo Todos Pela Educação (2017) demonstram a fragilidade da educação básica no Brasil, onde, 55% das crianças até 9 anos não sabem escrever palavras como, por exemplo, “pipoca”. A pesquisa identificou ainda que a cada 100 crianças só 53,7% sabe ler aos 8 ou 9 anos. No fim do ensino fundamental, 66,1% não aprenderam português no nível adequado até os 16 anos e no fim do ensino médio, 92,7% não sabem matemática no nível adequado até os 19 anos.

Diante dessa perspectiva, a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) focando em estudos que centram no desenvolvimento da educação dos países, coordenou a criação, no ano de 2000 de um indicador que medisse o grau de qualidade educacional por meio do *Programme for International Student Assessment* (PISA). Esse indicador é aplicado através de uma avaliação que tem como público estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental, com idade de 15 anos e que esteja terminando a escolaridade básica obrigatória.

O PISA avalia três áreas do conhecimento: leitura, matemática e ciências e sua periodicidade é a cada três anos. Esse indicador atualmente é utilizado como um norteador para desenvolvimento de políticas educacionais por vários países. É importante ressaltar que o Brasil participa desde primeira edição no ano de 2000, conforme exposto na Figura 5.

Figura 5: Resultados do Brasil no Pisa, 2000-2015

	PISA 2000	PISA 2003	PISA 2006	PISA 2009	PISA 2012	PISA 2015
Participantes do Brasil	4893	4452	9295	20127	18589	23141
Ciências	396	403	393	412	410	401
Leitura	334	356	370	386	391	407
Matemática	375	390	390	405	405	377
Média das áreas	368	383	384	401	402	395
Média OCDE	500	497	497	500	498	492
Países Participantes	32	41	57	61	65	70
Colocação brasileira	32 ^o	40 ^o	52 ^o	50 ^o	57 ^o	63 ^o

Fonte: INEP

Observa-se em primeiro lugar, que ao longo do período analisado 2000-2015, o número de alunos inscritos na avaliação se deu de forma crescente, com uma evolução acima de 300% nesse período. Os resultados de Leitura demonstram que houve um crescimento relativamente alto no desempenho desta área de 21,8%, já os resultados nas áreas de Ciências e Matemática revelam uma trajetória de crescimento, porém, muito lenta de apenas 1,26% e 0,53%, respectivamente. Verifica-se ainda entre 2012 e 2015 as notas de Matemática experimentaram uma queda brusca de 6,91% e as notas de Ciências apresentaram duas quedas consecutivas acumulando uma redução de aproximadamente 2,67% entre 2009 e 2015.

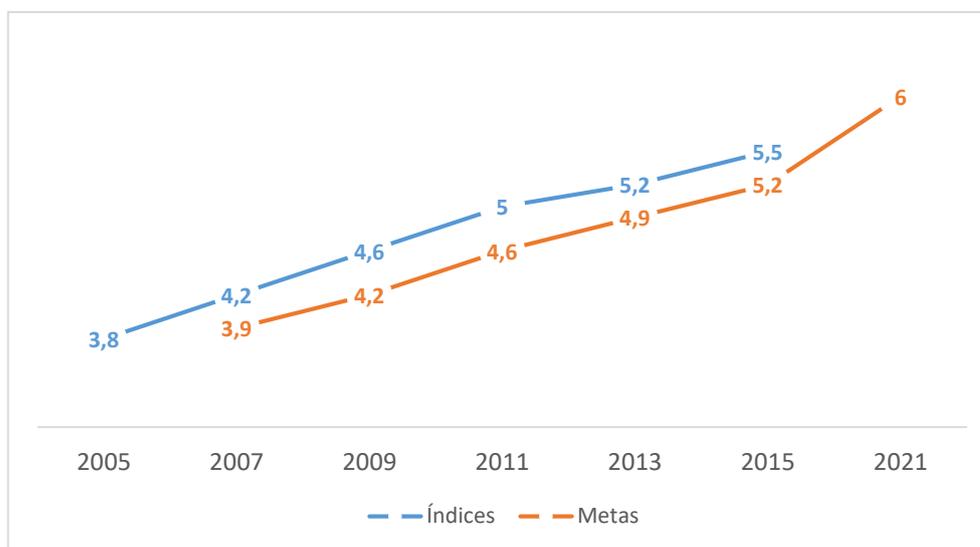
A partir desta análise fica evidente que o desempenho na avaliação continua sofrível, indicando um baixo rendimento no ensino das três áreas avaliadas. Esses dados corroboram com as conclusões de vários autores, quando mencionam que a valorização do profissional de educação é um dos pilares para o bom desempenho dos alunos.

Filho (2007) analisou as notas do PISA do país em 2003 e concluiu que este baixo desempenho sinaliza ter forte relação com a idade do aluno – 15 anos – que são avaliados. Para o autor, alunos de 15 anos que deveriam estar terminando o nível básico obrigatório, mas como no país a retenção escolar desses alunos ainda é muito grande e muito explicado pela a entrada tardia dos mesmos na vida escolar, estes fatos contribuindo que os mesmos não estejam preparados pedagogicamente para serem avaliados, pois, muitos ainda não foram apresentados aos referidos conteúdos que são avaliados.

É importante ressaltar que além das médias do país estarem muito distantes da média dos países da OCDE, nota-se a baixa evolução das notas por áreas de conhecimento durante esses 15 anos de aplicação de prova, corroborando mais uma vez para a baixa melhoria da qualidade da educação que o Brasil desenvolveu, apesar de melhoras quantitativas.

Outro instrumento de análise do desempenho da aprendizagem e qualidade educacional dos alunos brasileiros, é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esse índice também vem se colocar como um indicador da qualidade da educação do país. O Ideb é formado por dois fatores: pela taxa de rendimento escolar, ou seja, aprovação dos estudantes a partir dos dados do Censo Escolar, e médias de desempenho em avaliações feitas pelo Inep como o Sistema de Avaliação de Educação Básica (Saeb) para os estados e o país e a Prova Brasil para os municípios. O índice varia de 0 a 10 e a meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021 nos primeiros anos do ensino fundamental⁷.

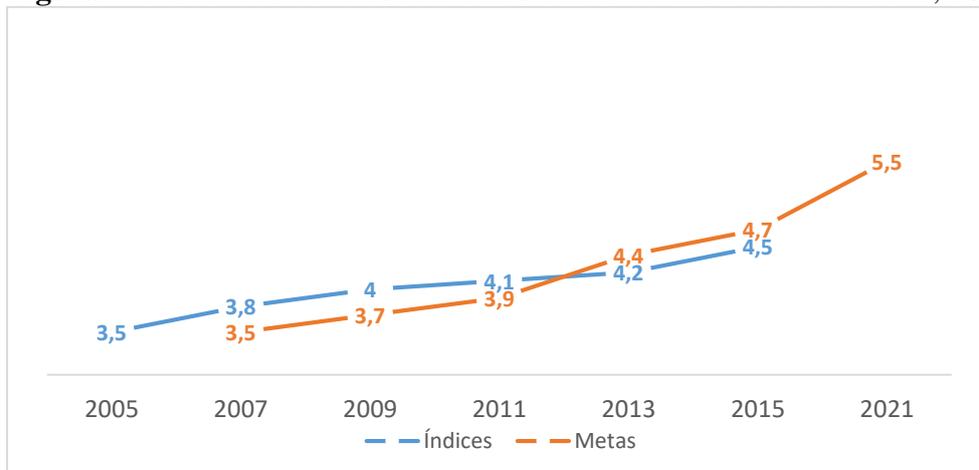
Figura 6: Resultados e Metas Ideb dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 2005-2021



Fonte: MEC/ INEP

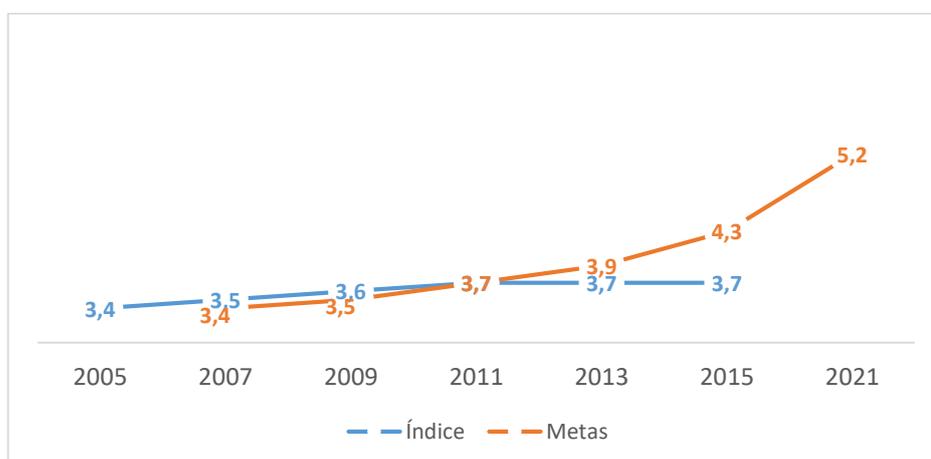
A partir dos dados da Figura 6, é notável a tendência de uma melhoria no Ideb nesta fase de ensino, estando em todos os anos acima das metas estabelecidas para cada ano, chegando a superar em 5,77% a meta em 2015 e, provavelmente, a meta será atingida em 2021 de 6,0. Esse progresso pode ser reflexo das políticas implementadas de alfabetização principalmente.

⁷ Nível educacional análogo ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Estados Unidos e Canadá.

Figura 7: Resultados e Metas Ideb Anos Finais do Ensino Fundamental, 2005-2021

Fonte: MEC/INEP

Quando é observado os índices dos anos finais do ensino fundamental, nota-se que as metas foram superadas nos anos de 2005, 2009 e 2011 apenas e que a partir de 2013 as metas não foram alcançadas, assim como no ensino médio no qual as metas em sua maioria não foram atingidas.

Figura 8: Resultados e Metas IDEB Ensino Médio, 2005-2021

Fonte: MEC/INEP

De acordo com a Figura 8, fica claro de que diante do que é alcançado e o que é projetado, o ensino médio vem se colocar como um dos maiores desafios apontados pela avaliação do Ideb. Pois, além do fraco desempenho evidenciado pelos dados expostos acima, onde mostra que os índices estão cada vez distanciando-se da meta, em 2015 a meta superou em 16,22% o índice apresentado no mesmo ano.

A partir dos dados do Ideb é notável a estagnação pela qual a educação do país passa, e que se faz necessário que o poder público invista em políticas de forma estruturada como melhoras as condições de trabalho dos professores no país, além de valorizar o magistério, que está com o prestígio em falta, afetando a qualidade do ensino.

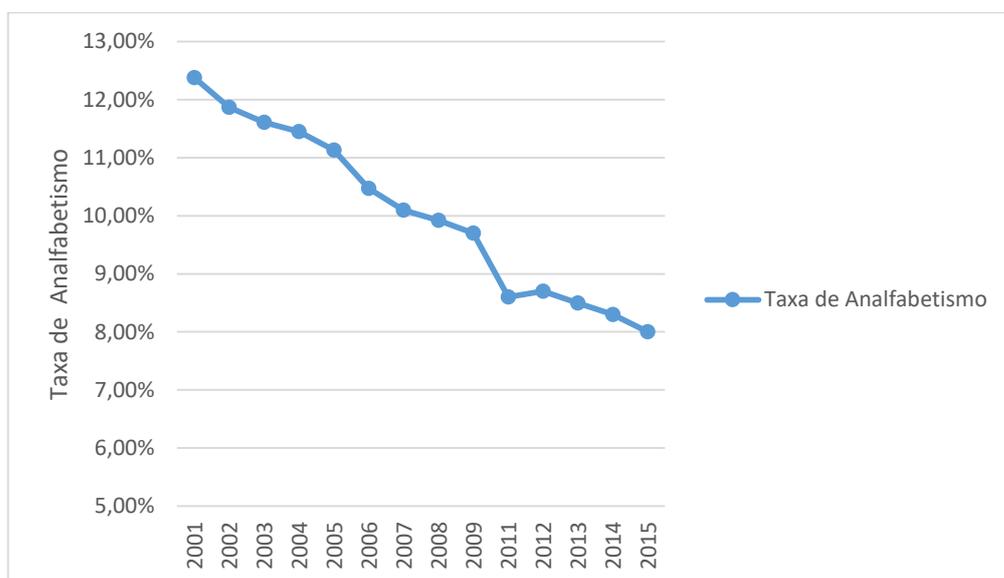
Uma atenção maior portanto ao melhor desempenho das habilidades cognitivas dos alunos são determinantes tanto no progresso da educação de qualidade, como também para o desenvolvimento econômico de um país. Pois a partir de um sistema educacional de qualidade, a mão-de-obra conseqüentemente será mais qualificada e produtiva, que é denominado de capital humano, aumentando dessa forma a renda total do país.

3.2.2 O desempenho do crescimento econômico e sua relação com o desempenho da educação do país

De acordo com o modelo de Solow, a tecnologia aplicada aos meios de produção é um dos principais fatores para a expansão econômica de um país e não apenas acumulação de capital, força de trabalho e poupança. E como consequência, a educação torna-se um fator essencial nesse processo, pois uma população que têm acesso à educação gera mais ideias no meio científico, havendo assim mais inovações tecnológicas afetando positivamente a economia de um país.

Nesse sentido, o capital humano que é gerado a partir do investimento no desenvolvimento educacional e profissional da população e é caracterizado pelas aptidões e habilidades pessoais que podem ser naturais ou que podem ser obtidas a partir de aprendizagem e que, a partir delas, os trabalhadores adquirem maior produtividade, gerando maior crescimento econômico ao país (COELHO, 2006).

Há algumas formas de mensurar o capital humano de um país segundo a literatura. O capital humano pode ser medido empregando-se dados sobre a alfabetização da população e dados sobre anos de escolaridade (BRAZ, 2013).

Figura 9: Taxa de Analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais no Brasil, 2001-2015

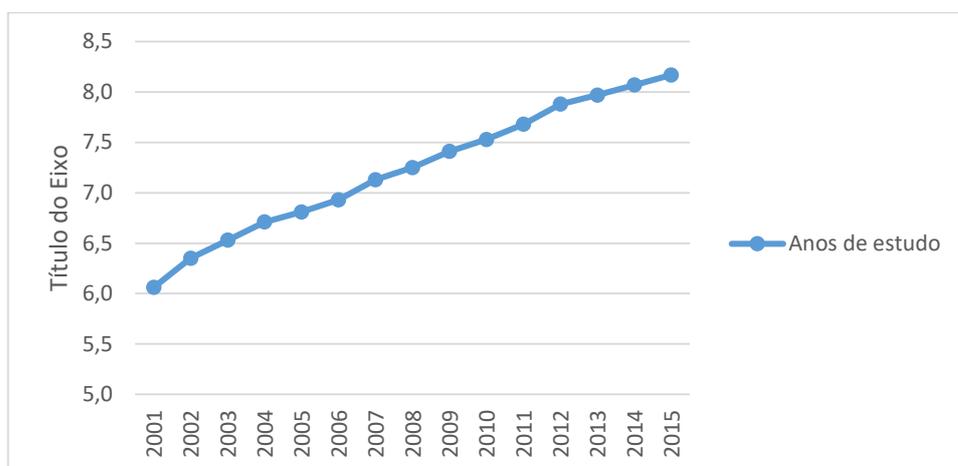
Fonte: IBGE

O capital humano no país, medido por este aspecto, mostra uma significativa melhora nas taxas de analfabetismo no país, havendo uma queda de 16,76% desta taxa de 2001 a 2015, porém a meta do PNE projetada era diminuir o analfabetismo para 6,5% até 2015, no entanto, não foi atingida e fica cada vez mais distante da meta principal de erradicação do analfabetismo até 2024.

Outro fato que colabora para o aumento do número de alfabetizados no país durante o período é a recomendação feita pelo Ministério da Educação (MEC) e que começou a valer em 2011, de que as escolas não reprovem os alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental, visando criar dessa forma um ciclo de alfabetização.

Esse dado reflete portanto, a falsa alfabetização pela qual o país vem passando, pois no âmbito quantitativo houve um crescimento muito expressivo, porém quando mensura-se a qualidade desses “falsos alfabetizados” os resultados demonstram o baixo nível de aprendizagem desses alunos.

Figura 10: Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil, 2001-2015



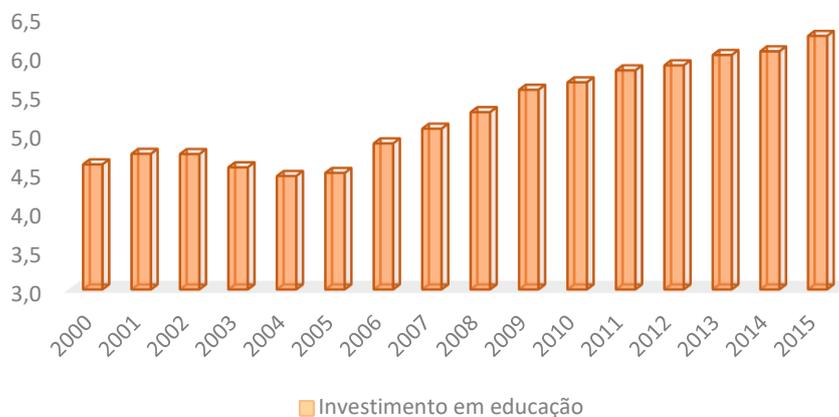
Fonte: IBGE/PNAD

Outro fator muito utilizado para contabilizar o capital humano na literatura são as médias de anos de estudos que uma população possui, pois se supõe que mais anos de estudo mais qualificado será o capital humano deste país. No Brasil de acordo com a Figura 10, o país experimentou um aumento de 28,12% na média de anos de estudos durante o período de análise e apresentou uma trajetória crescente durante todo período analisado.

Outro dado necessário nesta análise são os investimentos da união com educação no país, pois nota-se a importância atribuída à área diante das demais políticas sociais brasileiras (CASTRO, 1998). Segundo o autor, é possível fazer uma relação em que maior investimento em educação afeta positivamente o crescimento econômico, porém os investimentos devem ser aplicados com eficiência, caso contrário o crescimento econômico não experimentará grandes avanços.

Segundo Andrade (2010), a teoria do capital humano alega que os indivíduos tornam-se mais produtivos, devido aos investimentos em educação, onde estes aprimoram suas aptidões e habilidades, influenciando desta forma, em larga escala, as taxas de crescimento dos países.

Figura 11: Investimento Público Total em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – 2000-2015 (%)



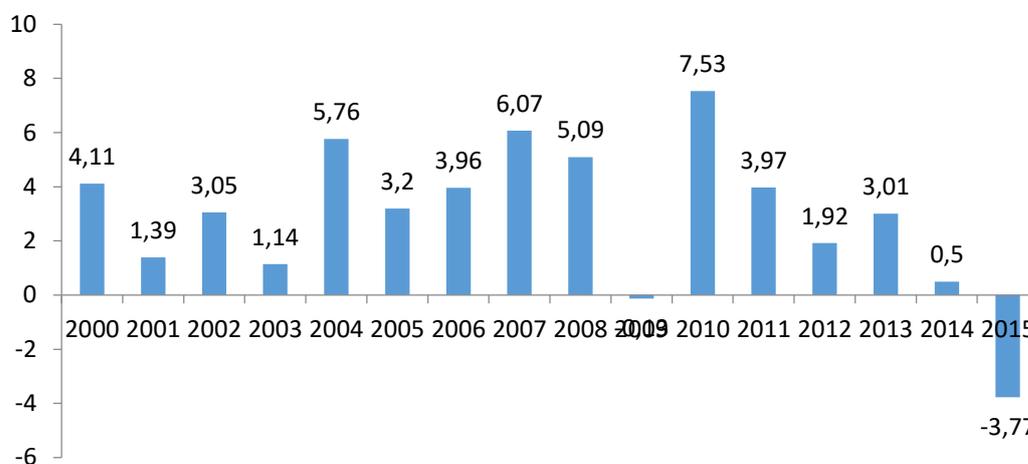
Fonte: INEP

De acordo com o relatório feito pela OCDE, apesar do país ter aumentado os investimentos voltados para esta área, chegando a 6% do PIB, onde esse valor é maior do que em muitos países ricos a questão está no investimento por aluno que é baixa, onde este fato corrobora com o estudo de Judson (1998) de que o efeito do capital humano para ser significativo no crescimento econômico, é necessário que o país aplique os fundos para educação de forma satisfatória e com qualidade.

Conforme Figura 11, é possível observar os avanços nos investimentos totais em educação. No entanto o país ainda se encontra nas últimas posições de avaliações internacional de desempenho escolar, como foi mostrado, influenciando o baixo desempenho da economia brasileira.

Já o dado que melhor representa o crescimento econômico de um país é o PIB (Produto Interno Bruto), que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos internamente em um determinado período de tempo num país. O Brasil já teve muitos momentos de crescimento econômico, porém muitos economistas classificam alguns desses momentos de “voos de galinha”⁸, pois o crescimento do país não dura muito tempo, perdendo a força de maneira rápida, conforme Figura 12.

⁸ No sentido de que a galinha não tem capacidade de se manter no ar por um longo tempo voltando ao chão rapidamente.

Figura 12: Variação do Produto Interno Bruto (PIB) real do Brasil – 2000-2015 (%)

Fonte: IBGE

O baixo crescimento econômico do país é perceptível, principalmente nos anos recentes, desempenho este diretamente relacionado com as crises econômicas e políticas dos últimos anos, assim com o desprezível desempenho que o Brasil demonstra em avaliações que medem a capacidade cognitiva e de aprendizagem dos alunos, refletindo a baixa qualidade da educação do país.

Nesse sentido, segundo estudo feito pelo Insper⁹, a baixa produtividade de um trabalhador brasileiro foi observada quando se identificou que, no ano de 2018, que a capacidade do país de transformar recursos em bens e serviços foi pior do que o registrado em 1994. E isso decorre devido a utilização de tecnologia menos avançada, que é consequência da baixa qualidade educacional.

De acordo com Abrão (2018) o país não teve um crescimento econômico sustentado, ressalta que a educação de qualidade não foi o eixo principal em nenhum desses períodos de crescimento, e que, portanto esse deve ser o objetivo de política pública de Estado.

Assim sendo a melhora na qualidade da educação, que se encontra em situação precária no país, e o aumento da produtividade são imprescindíveis para o Brasil crescer de forma sustentável. E para que isto aconteça, os professores que possuem um ofício importantíssimo na promoção de uma educação de qualidade, devem ser vistos com maior reconhecimento e valorização por parte tanto do Estado como da sociedade brasileira.

⁹Instituição de [ensino superior brasileira](#), que atua nas áreas de negócios, direito e engenharia.

4 CONCLUSÃO

A falta de prestígio e reconhecimento pelo qual os professores do ensino básico dos países sofrem, pode ser observado quando se verifica que os mesmos exercem alguma atividade extra para complementar a renda, fato que vem mostrar que os salários desses docentes ainda é insuficiente e que, os salários desses profissionais são mais baixos do que outras profissões com o mesmo nível de escolaridade.

O fator que está diretamente relacionado com a baixa remuneração é a percepção que esses trabalhadores tem da profissão que escolheram para atuar, ou seja, a maioria dos professores não recomendariam a profissão a um jovem devido principalmente à desvalorização e a falta de reconhecimento.

Nesse sentido ficou evidenciado que a baixa valorização do profissional da educação resulta também de forma negativa na qualidade da educação vista através de algumas avaliações. Todas sinalizam que a fragilidade no desempenho dos alunos em todos os níveis, seja da educação básica ou da educação secundária. Esse cenário de deficiência intelectual dos alunos brasileiros pode ser verificado a partir avaliação internacional PISA onde vem demonstrar que o Brasil sempre ficou nas últimas colocações entre os países participantes desde 2000 até 2015, seja também pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), onde mostra o desempenho frágil na qualidade de aprendizagem no país

Diante dessa perspectiva, a importância do professor na promoção de uma educação com qualidade é importante, pois se este profissional precisa usufruir do prestígio merecido, salário condizente com a realidade e condições de trabalho favoráveis, muito provavelmente o ensino do país melhorará de forma consistente.

No entanto, quando se observa os investimentos em relação ao PIB nacional na área da educação é visível que os valores são crescentes, e maiores, se comparado com alguns países desenvolvidos, ou seja, evidenciando que o problema está na gestão desses recursos.

Logo, fica evidenciado que a área da educação de um país a qualidade educacional passa essencialmente de uma maior valorização do profissional docente, uma das principais consequências é uma maior produtividade dos trabalhadores que impacta diretamente no crescimento desse país.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, A.C. Como a Educação Influencia o Desenvolvimento Econômico do Brasil? Todos Pela Educação: 30 Ago. 2018. Entrevista concedida a Lázaro Júnior. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/como-a-educacao-influencia-o-desenvolvimento-economico-do-brasil>>. Acesso em: 27 Nov. 2018.
- AGHION, P.; L. BOUSTAN; C. HOXBY; VANDENBUSSCHE, J. (2005). Exploiting States' Mistakes to Identify the Causal Impact of Higher Education on Growth, NBER conference paper.
- ALMEIDA, M.I. Docentes para uma educação de qualidade: uma questão de desenvolvimento profissional. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 165-176, 2004.
- ANDRADE, Rita de. Teoria do capital humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros. 2010.
- BARRO, R. J., LEE, J. International Data on Educational Attainment: Updates and Implications. Working Papers, Center for International Development at Harvard University (42), 2010.
- BASSANINI, A.; SCARPETTA, S. Does Human Capital Matter for Growth in OECD Countries? Evidence from Pooled Mean-Group Estimates. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2001.
- BECKER, G. S. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. *Journal of Political Economy* Part 2: Investment in Human Beings 70(5): 9-49, 1962.
- BEHRMAN, J. R., & BIRDSALL, N. (2015). Information, Assessment and the Quality of Education around the World in a Changing Global Labor Market: Making More People Winners. *Switzerland: Global Citizens Foundation*.
- BRAZ, Rodrigo Emrich Torreão. Capital humano e crescimento econômico. 2014.
- CASTRO, M. H. G. O Brasil atravessa... In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 1º a 3 de dezembro de 1997. Anais... Brasília: MEC, Inep, Unesco, 1998. p.9-11.
- COELHO, R. A., Níveis de Educação, Capital Humano e Crescimento econômico no Brasil: Um estudo sobre as relações de causalidade. 200. 109 págs. Dissertação (mestrado) UFSC, PPGE. São Paulo, 2006.
- FILHO, M. N. Os determinantes do desempenho escolar no Brasil. São Paulo: Instituto Futuro Brasil, 2007. (Texto para discussão, n. 2).
- FILHO, F. H.; PESSÔA, S.I. Educação e crescimento: o que a evidência empírica e teórica mostra? *Revista EconomiA*, v. 11, n. 2, p. 265-303, 2010.
- FITA, E. C. O professor e a motivação dos alunos. In: TAPIA, J. A.; FITA, E. C. A motivação em sala de aula: o que é, como se faz. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GLAESER, E. L., PONZETTO, G., & SHLEIFER, A. (2006). Why does democracy need education? *Journal of Economic Growth*, 12(2):77–99.

GONÇALVES, F.O., SEABRA, F., TEIXEIRA, J.R. O capital humano em um modelo de crescimento endógeno da economia brasileira: 1970-1995. *Revista análise econômica*, 1998.

GROSSMAN, M. (2006). Education and nonmarket outcomes? In Hanushek, E. A. & Welch, F., editors, *Handbook of the Economics of Education*, pages 577–633. North-Holland.

HANUSHEK, E. A., WOESSMANN, L. Schooling, educational achievement, and the Latin American growth puzzle. *J. Development Economics* 99 (Nov/2012), 497-512, Elsevier.

HANUSHEK, E.; KIMKO, D. (2000). Schooling, Labor-Force Quality, and the Growth of Nations. *The American Economic Review*, Vol. 90, No.5 pp.1184-1208

HUERTAS, J. A. Motivación: querer e aprender. Buenos Aires: Aique, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Educação 2017. (2018)

JACOMINI, M. A.; DE OLIVEIRA PENNA, M. G. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**, v. 27, n. 2, p. 177-202, 2016.

JUDSON, R. (1998). Economic Growth and Investment in Education: How Allocation Matters, *Journal of Economic Growth*. 3, pp. 337-359.

LINS, L. M., ARBIX, G. (2011). Educação, qualificação, produtividade e crescimento econômico: a harmonia colocada em questão. *IPEA: Anais do I Circulo de Debates Acadêmicos*.

LUCAS, R. (1988). On the Mechanics of Economic Development, *Journal of Monetary Economics*, 22, pp. 3-42.

LÜDKE, M., & BOING, L. A. (2004, setembro/dezembro). Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. *Educação e Sociedade*.

LUZ, Victor Eduardo Braga. Qualidade de Educação e Crescimento Econômico. Uma abordagem entre Estados Brasileiros. São Paulo: Insper, 2015. 40 f.

MANKIW, N. G., ROMER, D., & WEIL, D. M. (1992). A contribution to the empirics economic growth. *Quarterly Journal of Economics*, 107(2):407–437.

MATIJASCIC, Milko. Professores da educação básica no brasil: condições de vida, inserção no mercado de trabalho e remuneração. No. 2304. Texto para Discussão, 2017.

MELO, D.S. Profissão Docente: Um Estudo Sobre a Desvalorização/Valorização da Carreira. 2016

- MINCER, J. Schooling, experience and earnings. New York: National Bureau of Economic Research: Columbia Univ., 1974. 152p.
- NAKABASHI, L.; FIGUEIREDO, L. (2008). Mensurando os Impactos Diretos e Indiretos do Capital Humano sobre o Crescimento, *Economia Aplicada* [online], Vol. 12, No. 1, pp. 151-171.
- NAKABASHI, L.; SALVATO, M. (2007). Human Capital Quality in the Brazilian States, *Economia*, Brasília (DF), v.8, n.2, p.211-229.
- NELSON, R. & PHELPS, E. (1966). Investment in humans, technological diffusion and economic growth. *American Economic Review: Papers and Proceedings*, 61:69-75.
- NEVES, M.A. Brasil: 8 em 10 professores da educação básica são mulheres. *Educação.UOL*: 03 de Mar. 2011. Entrevista concedida a Simone Harnik. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-professores-da-educacao-basica-sao-mulheres.htm>>. Acesso em: 22 Nov. 2018.
- NORTON, P. Education Equality for gypsies, roma and traveller children and Young people in the UK. *The Equal Rights Review*, p. 85-112, 2012.
- OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Programme for International Student Assessment (PISA). Results from PISA 2015. (2016).
- OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, 2004.
- PEDROSA, R.H.L. Qualidade da educação e crescimento econômico. *Revista Ensino Superior Unicamp - Edição nº 8*, p. 54-55, 2013.
- ROMER (1990), Paul. "Endogenous technological change". *The Journal of Political Economy*. Vol.98, No. 5, Part 2: The Problem of Development: A Conference of the Institute for the Study of Free Enterprise System, October, pp. S71-S102.
- SAVIANI, D. A educação no centro do desenvolvimento econômico. In: BARROSO, A.; RENILDO, S. (Orgs.). *Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2010, p. 247-264.
- SCHULTZ, T. W. (1961). Investment in human capital. *American Economic Review*, 51(1):1-17.
- SELOWSKY, M. (1969). On the Measurement of Education's Contribution to Growth, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 83, No. 3, pp. 449-463.
- SILVA, Daniella Neves da. "A desmotivação do professor em sala de aula, nas escolas públicas do município de São José dos Campos-SP." (2012).
- SILVA, J.W. Relações e efeitos entre educação, pobreza e crescimento econômico no Brasil e regiões: Uma análise entre os anos de 1977 a 2013, (2016).

SOUZA, L.A.A. Desvalorização social da profissão docente no cotidiano da escola pública no discurso do professor, 2011.

SOLOW, R. (1956). A Contribution to the Theory of Economic Growth, The Quarterly Journal of Economics, Vol. 70, No. 1, pp. 65-94 .